

## AS DISPUTAS PARADIGMÁTICAS E O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

### PARADIGMATIC DISPUTES AND TERRITORIAL DEVELOPMENT CONCEPT

Estevan Leopoldo de Freitas Coca<sup>i</sup>

#### RESUMO:

No presente artigo ressaltamos o debate paradigmático como método de interpretação e proposição que caracteriza o desenvolvimento territorial. Tendo o campo como referência, destacamos o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA). O primeiro, parte da compreensão de que o capitalismo é uma totalidade, propondo soluções para o combate à pobreza dentro desse modo de produção. O segundo, parte da defesa dos povos do campo que não produzem relações capitalistas, propondo sua emancipação. Mostramos como as análises sobre o desenvolvimento territorial feitas no PCA se embasam em critérios como a descentralização administrativa, a busca pelo consenso entre os grupos sociais e a inexistência do conflito. Por outro lado, as análises que são feitas no PQA partem da consideração da luta de classes como um fator estrutural do capitalismo, entendendo que o reconhecimento dessa conflitualidade é fundamental para o desenvolvimento dos territórios onde vivem as populações subalternas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento Territorial; Paradigma do Capitalismo Agrário; Paradigma da Questão Agrária.

#### ABSTRACT:

In this article we highlight the paradigmatic debate as a method of interpretation and proposition which characterizes the territorial development. Taking the countryside as a reference we highlight the Paradigm of Capitalism Agrarian (PCA) and the Paradigm of Agrarian Question (PQA). The PCA believes that capitalism is a totality, proposing solutions to combat poverty within this mode of production. The PQA defends the peoples of the countryside that do not produce capitalist relations, proposing their emancipation. We show how analyzes of territorial development is done in PCA underlie on criteria such as administrative decentralization, the search for consensus among social groups and the absence of conflict. Moreover, the analyzes that are made in consideration of the PQA run classes as a structural factor of capitalism struggle, understanding that the recognition of this conflict is critical to the development of the territories where the subaltern populations live.

**KEYWORDS:** Territorial Development; Paradigm of Capitalism Agrarian; Paradigm of Agrarian Question.

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento territorial tem se destacado como uma importante referência para a aplicação de políticas públicas, especialmente às que se destinam ao campo. Desde o começo da década de 2000, vários países latino-americanos, referenciados em experiências europeias, como os distritos industriais italianos (BAGNASCO, 1977) e o programa Ligações de Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER), da União Europeia (SUMPSI, 2007), têm se apoiado no desenvolvimento territorial para fomentar áreas economicamente deprimidas e combater a pobreza. Nesses casos, são entendidos como territórios espaços que administrativamente estão entre a escala dos municípios e a dos estados-nação.

Nesse artigo temos por objetivo tecer uma análise crítica sobre a forma como o desenvolvimento territorial tem sido incorporado nas políticas públicas latino-americanas, com especial ênfase ao Brasil. Demonstramos que existe uma disputa paradigmática pela orientação dessas ações de intervenção no campo entre o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA). O primeiro, parte da compreensão de que o capitalismo é uma totalidade, propondo soluções para o combate a pobreza dentro desse modo de produção. O segundo, parte da defesa dos povos do campo que não produzem relações capitalistas, propondo sua emancipação social. Mostramos como as análises sobre o desenvolvimento territorial feitas no PCA se embasam em critérios como a descentralização administrativa, a busca pelo consenso entre os grupos sociais e a inexistência do conflito. Por outro lado, as análises que são feitas no PQA partem da consideração da luta de classes como um fator estrutural do capitalismo, entendendo que o reconhecimento dessa conflitualidade é fundamental para o desenvolvimento dos territórios onde vivem as populações subalternas.

Os procedimentos metodológicos adotados foram os seguintes: 1 - revisão de trabalhos acadêmicos sobre os conceitos de território e desenvolvimento territorial e; 2 - visita aos sites de instituições que têm utilizado o desenvolvimento territorial como referência para seus projetos.

O artigo está dividido em duas partes, além da presente introdução e das considerações finais. Na primeira destacamos nosso entendimento sobre as disputas paradigmáticas, considerando a capacidade que os teóricos possuem de influenciar os diversos estágios do ciclo de vida das políticas públicas. Na segunda, demonstramos diferentes leituras sobre o desenvolvimento territorial pelo PCA e pelo PQA. Enquanto o primeiro propõe o desenvolvimento territorial através do consenso entre os grupos sociais que vivem nos territórios, o segundo leva em consideração a conflitualidade entre as classes sociais.

## AS DISPUTAS PARADIGMÁTICAS E O DESENVOLVIMENTO DO CAMPO

Os paradigmas são formados pelas diferentes leituras acerca da realidade, tendo uma amplitude que vai além do campo do conhecimento, pois interferem também na ação dos diversos tipos de instituições (movimentos socioterritoriais, igrejas, partidos políticos etc.). De acordo com Fernandes, Welch e Gonçalves (2012, p. 29) os paradigmas “são construções mentais que se utilizam do embate das ideias, dos campos de disputas, por meio de relações de poder, configurando-se como territórios imateriais, para defender e ou impor diferentes intenções”. Considerando essa definição, podemos entender que são componentes dos paradigmas as teorias, os métodos, as metodologias, as ideologias e outros. Os paradigmas demarcam uma visão de mundo, ou seja, são uma construção imaterial que remete a “expressões e representações da materialidade e da imaterialidade (FERNANDES, 2013, p. 19).

Os paradigmas disputam a interpretação da realidade e os que conseguem se impor perante os governos influenciam a aplicação das políticas públicas. No que se refere ao campo, os trabalhos de Fernandes (2008, 2013), Fernandes, Welch e Gonçalves (2012), Felício (2011), Campos (2012) e Camacho (2014) apontam a existência do Paradigma da Questão Agrária (PQA) e do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). Esses dois paradigmas possuem diferenças na interpretação dos problemas gerados pelo capitalismo e na proposta de sociedade que apresentam.

O PQA surge de leituras embasadas pelo método do materialismo histórico-dialético e reconhece a existência da luta de classes no campo, apontando para os problemas estruturais causados pelo capitalismo. Ele parte do reconhecimento da existência da Questão Agrária, que é criada pelo processo contraditório e desigual do desenvolvimento capitalista, não tendo resolução enquanto o capitalismo for hegemônico (KAUTSKY, 1986; LÊNIN, 1985; LUXEMBURGO, 1985). Um tema central para o PQA é o processo de criação e recriação do campesinato, isso porque, na medida em que o capitalismo expande seus territórios, ele cria outras relações sociais que não são capitalistas, com as que se baseiam no trabalho familiar e não no trabalho assalariado (OLIVEIRA, 1991). Dentro do PQA existem duas tendências: a dos campesinistas' que defendem o campesinato como classe social, considerando seu caráter revolucionário e a dos proletaristas, que entendem o campesinato como parte da classe trabalhadora, ou seja, uma categoria do proletariado (FERNANDES, 2013). Abordagens realizadas pelo PQA valorizam temas como: luta pela terra (FERNANDES, 2000; FELICIANO, 2006; GIRARDI, 2008), movimentos sociais (PEDON, 2009), recriação camponesa (BOMBARDI, 2005), agroecologia (ALTIERI, 2010), soberania alimentar (WITTMAN, BARBOLETT, 2011), estrangeirização das terras (CLEMENTS e FERNANDES, 2013), Educação do Campo (CAMACHO, 2014); e outros.

Por outro lado, no PCA entende-se que o problema central do campo reside no campesinato e não no capitalismo (FERNANDES, WELCH e GONÇALVES, 2012). Ele é gerado por abordagens que partem do método positivista de análise da realidade (FELÍCIO, 2011). Ao contrário do PQA, os autores do PCA não consideram a existência da Questão Agrária no capitalismo, pois a persistência da pobreza no campo, a concentração fundiária, a luta pela terra e outros são apenas problemas conjunturais. Para o PCA a solução para as diferenças econômicas e sociais no campo podem ser encontradas dentro do próprio capitalismo, ou seja, não se considera a perspectiva de superação desse modo de produção. A agricultura camponesa é avaliada como entrave para o desenvolvimento, sendo uma tendência do desenvolvimento capitalista a transformação dos agricultores camponeses em agricultores familiares, entendendo os segundos como modernos e os primeiros como atrasados (MENDRAS, 1984; LAMARCHE, 1993, 1998; VEIGA, 1991;

ABRAMOVAY, 1998). Outros temas tratados pelo PCA são: ruralidade (SARACENO, 1996), desenvolvimento rural sustentável (FAVERETTO, 2006), pluriatividade (SCHNEIDER, 1999; CARNEIRO, 1998), constituição de espaços periurbanos (VALE, 2005) e outros.

Os rebatimentos das diferenças de abordagem entre esses dois paradigmas refletem diretamente na correlação de forças no campo, influenciando a disputa pela orientação do Estado entre o campesinato e o agronegócio. A tendência dos governos latino-americanos que optam pela via neoliberal tem sido a de embasar suas políticas em leituras de mundo geradas pelo PCA, o que, evidentemente traz consideráveis prejuízos para a agricultura camponesa. As políticas públicas que são elaboradas tendo por referência o PCA não reconhecem os elementos estruturais das unidades de produção camponesa em sua particularidade, pois a tendência dessa leitura de mundo é a generalização das relações capitalistas. Pensa-se em políticas públicas que tenham por finalidade a reprodução ampliada dos lucros ou ações compensatórias, mas não se propõe a centralidade do trabalho familiar nos moldes da agricultura camponesa como uma via de desenvolvimento para o campo. Em tais condições, a agricultura camponesa permanece em estado de subalternidade, já que a maioria dos recursos públicos e privados é orientada para a agricultura capitalista.

## O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO DEBATE PARADIGMÁTICO

Os primeiros teóricos a abordarem o tema do desenvolvimento territorial na América Latina pertencem ao PCA. No Brasil, no princípio da década de 2000, surgiam abordagens que apontavam para a constituição de um “Novo Mundo Rural” (SILVA, 1999; BUAINAIN, ROMEIRO e GUANZIROLI, 2003). Defendia-se a ocorrência de um processo de profundas mudanças no campo, caracterizado, dentro outros, pela integração entre o urbano e o rural (VEIGA, 2004; SCHNEIDER, 2003; CARNEIRO, 1998), pela pluriatividade de considerável parcela da população rural (SCHNEIDER, 2009) e pela diferenciação entre os produtores familiares (HESPANHOL, 2000). O PCA apontava também para a emergência de um novo

sujeito no campo: o agricultor familiar. De acordo com Favareto e Schroder (2007, p.3): “a principal marca dos anos 1990, quando se trata das instituições e políticas para o desenvolvimento rural no Brasil, foi a consolidação da agricultura familiar como categoria explicativa de uma determinada forma social de produção”. Trabalhos como os de Mendras (1984) e Lamarche (1993 e 1998), em escala internacional e Abramovay (1992), Wanderley (2001) e Graziano Silva (1999), em escala nacional, indicavam que a penetração do capitalismo no campo teria ocasionado uma modernização das relações produtivas e isso contribuía para a emergência de um novo sujeito no campo: o agricultor familiar, que ao contrário do camponês estaria integrado ao mercado.

Concomitantemente, o termo “agricultura familiar” passava a ser utilizado também por governos e instituições na formulação de políticas públicas. No Brasil, por exemplo, em 1994, através de uma parceria entre a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) começavam a ser realizados vários estudos com o intuito de melhor conhecer o funcionamento da produção familiar nas diversas partes do país. Como resultados desses trabalhos foram publicados materiais intitulados “Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto”, em 1996 e em 2000, dando maior visibilidade a esse tipo de leitura sobre a realidade agrária do país. Também no ano de 1996, durante o governo de FHC, foi criado o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que se tornaria a partir de então, a principal política de financiamento da produção familiar. Até mesmo entre os movimentos socioterritoriais o termo “agricultura familiar” ganhava relevo, de tal modo que uma das referências do sindicalismo no campo passaria a utilizá-lo em seu próprio nome: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETRAF). Além desses fatos, podemos citar como de grande relevância para a incorporação governamental e institucional da agricultura familiar a promulgação da Lei Federal nº 11.326, de 24 de junho de 2006, que passou a estabelecer as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e a publicação do Censo Agropecuário de 2006, que pela primeira vez demonstrava de maneira separada o desempenho da agricultura familiar.



O conceito de agricultor familiar surgia como uma opção ao conceito de camponês, representando sua modernização, assim como sua integração ao mercado capitalista. Evidentemente esse tipo de análise só pode ser efetivada por autores que consideram o capitalismo como totalidade, não reconhecendo dentro dele a existência de relações não-capitalistas. Considerar essas disputas conceituais é de fundamental importância para entendermos como é formada a abordagem dos teóricos do PCA sobre o desenvolvimento territorial, pois mesmo que diferentes maneiras, elas apontam para um processo de ajuste estrutural do capitalismo, sem considerar a necessidade de mudanças estruturais na sociedade.

Nesse ínterim, o desenvolvimento territorial surge como uma proposta de reformulação das políticas capitalistas para o campo. Após os efeitos nefastos que a Revolução Verde ocasionou em diversos países da América Latina, da África e da Ásia, com a ocorrência do êxodo rural e de diversos passivos ambientais, existia a necessidade de políticas públicas que tivessem maior apelo social. O desenvolvimento territorial passava a ser tratado como uma estratégia de dinamização de áreas que até então eram consideradas como estagnadas econômica e socialmente.

O trabalho de Beduschi Filho e Abramovay (2003) é um exemplo de como o PCA constroi a abordagem do desenvolvimento territorial. Logo no início do texto, eles fazem a seguinte advertência: “O maior desafio do planejamento brasileiro consiste em passar de uma lógica de repartição setorial de recursos e de demanda “de balcão” para uma lógica territorial e de projetos” (BEDUSCHI FILHO, ABRAMOVAY, 2003, p.2, grifos dos autores). Por essa proposta fica clara a intenção de que as políticas públicas deixassem de ser vinculadas a uma dimensão específica da realidade dos povos do campo, como a econômica, por exemplo, e passasse a compor uma estratégia que integrasse o conjunto das dimensões da realidade. Entende-se que a abordagem setorial era mais propensa às demandas “de balcão”, ou seja, a aplicação de políticas que não tivessem origem em um planejamento prévio, ficando muitas vezes, refém de interesses pessoais dos governantes. Para que as mudanças propostas ocorressem, seria necessária a existência de

[...] organizações intermediárias, além dos limites municipais, mas aquém dos próprios Estados, que possam corporificar a construção conjunta de projetos estratégicos, ao alcance da participação real dos grupos sociais neles interessados (BEDUSCHI FILHO, ABRAMOVAY, 2003, p. 1).

Os autores entendem a capacidade de administração dos municípios como limitadas. Seria necessária a criação de uma escala intermediária, que envolvesse um conjunto de municípios, mas que não extrapolasse os limites estaduais. Essa escala passaria a ser reconhecida como territorial. Somente com essas mudanças seriam criadas condições que possibilitariam uma real participação dos diversos grupos sociais na execução das políticas públicas de desenvolvimento.

Nessas condições, os autores indicam para questões como a descentralização administrativa e a conseqüente diminuição das atribuições do Estado. Os autores consideram que é preciso pensar em estratégias que tenham por objetivo fomentar o empreendedorismo dentro das regiões, colaborando para a estruturação do seu espaço produtivo. É uma proposta de desenvolvimento que traz por referência a inserção das empresas no mercado capitalista, fomentando a competitividade por parte delas, ou seja, busca-se mudar a distribuição de poder dentro do próprio capitalismo, não indicando para um rompimento estrutural com ele.

Sobre a constituição dessa proposta, Favareto (2010, p.299), diz que:

A descentralização das políticas e também da atividade industrial, associada à redução e a um certo redirecionamento da intervenção estatal, contribuiu para que, particularmente nos meados dos anos 1980 e nos anos 1990, se instituísse um padrão em que, em lugar dos investimentos diretos e de corte setorial, caberia ao Estado criar condições e um certo ambiente a partir do qual os agentes privados pudessem, eles mesmos, fazer a alocação, supostamente mais eficiente, dos recursos humanos e materiais.

O autor fortalece o entendimento de que o desenvolvimento territorial proposto tinha como objetivo diminuir a atuação do Estado e incentivar iniciativas de empreendedorismo que partissem dos agentes privados. É importante lembrar que no final da década de 1980 e na década de 1990, quando essas concepções se tornam centrais na proposição de políticas públicas para o campo, também ocorre uma fase áurea da inserção do neoliberalismo na economia dos países da América Latina e



especialmente, do Brasil. Isso nos permite considerar que o desenvolvimento territorial assim proposto é uma das medidas do pacote neoliberal.

Sobre esse viés de fortalecimento do empreendedorismo, no Brasil uma referência é o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que através de publicações e projetos tem considerado o desenvolvimento territorial como uma possibilidade de fomentar relações capitalistas em áreas de menor potencialidade econômica. No livro “Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva”, patrocinado pelo SEBRAE, a capacidade de promoção do empreendedorismo da abordagem de desenvolvimento territorial é reconhecida como uma das prioridades para ação dessa instituição em nível nacional. Conforme Silvano Giani (2004, p.10), então Diretor-Presidente do SEBRAE:

O Sebrae incorporou, ao longo de trinta anos de apoio às micro e pequenas empresas, o ensinamento de que o sucesso do empreendedor não depende apenas de seus talentos individuais. Depende também da construção de um ambiente favorável ao desenvolvimento do território onde eles estão presentes.

É demonstrada a compreensão de que a escala do território deveria ser priorizada na construção de estratégias para a promoção do desenvolvimento. O fortalecimento do empreendedorismo seria uma das vantagens trazidas pela abordagem territorial. Na página do SEBRAE na *Internet*, o objetivo de fazer do desenvolvimento territorial uma possibilidade de fomentar negócios e promover a competitividade dos pequenos empresários é atestada:

Desenvolver um território é identificar seus pontos fortes e vocações econômicas para elaborar uma estratégia de desenvolvimento local que contribua para tornar a região mais competitiva. A abordagem territorial pode ser adotada tanto em grandes territórios como em pequenas comunidades (SEBRAE, 2014, não paginado).

Chama-se a atenção o entendimento de que o desenvolvimento de um território se dá pela exploração de suas potencialidades econômicas, sendo que não

são consideradas as demais dimensões da realidade como a cultural, a política e ambiental, por exemplo.

Ainda discutindo a abordagem do desenvolvimento territorial por instituições vinculadas ao PCA, merece destaque a atuação do Centro Latino-americano para o Desenvolvimento Rural (RIMISP), que tem por objetivo promover pesquisas que contribuam com o fortalecimento dos atores e grupos sociais dos diversos países da América Latina. Através do projeto “Dinâmicas Territoriais Rurais”, que foi desenvolvido em 50 organizações de 11 países latino-americanos, essa instituição buscou construir uma interpretação teórica e uma proposição operacional sobre o desenvolvimento territorial rural. Os objetivos desse projeto consistem em:

[...] contribuir com o desenho e implementação de políticas públicas mais integrais, transversais e efetivas que possa estimular e apoiar as dinâmicas territoriais rurais que levem ao crescimento econômico, a redução da pobreza, uma maior igualdade e uma governança responsável do meio-ambiente (RIMISP, 2014, tradução nossa, não paginado).

Desse modo, eram colocados três objetivos principais para as políticas de desenvolvimento territorial rural: 1- gerar crescimento econômico; 2- reduzir a pobreza e; 3- promover um aproveitamento responsável dos recursos naturais. Em nenhum aspecto, aponta-se para um rompimento com o capitalismo. Pelo contrário, o que se busca é uma “reforma” do próprio sistema, já que ao mesmo tempo em que são apontados alguns dos efeitos nocivos das políticas neoliberais implantadas na América Latina, também advoga-se para a necessidade de criar maior capacidade de empreendedorismo por parte das empresas. Como podemos observar na página da *Internet* do RIMISP, vários outros projetos incentivados por essa instituição também têm se dedicado ao estudo do desenvolvimento territorial, dentre os quais: “Desenvolvimento territorial rural com identidade cultural”, “Coesão territorial para o desenvolvimento”, “Desigualdade territorial e transferências condicionadas de ingresso: o caso do ingresso ético familiar” e “Condições territoriais para o desenvolvimento e a descentralização” (RIMISP, 2014).

Ainda discutindo a abordagem conceitual do desenvolvimento territorial, também é importante destacar a leitura sobre o território que os teóricos do PCA

fazem ao abordar esse tema. Nas abordagens construídas dentro do PCA o território é tratado mais como um recurso instrumental para a aplicação das políticas públicas do que como um recurso analítico. Valoriza-se mais sua capacidade operacional do que a possibilidade que o território traz de interpretar a realidade para depois, modificá-la. Essa possibilidade é considerada por Schineider (2003, p.12), que dentre os teóricos do PCA tem se destacado entre os que se preocupam em conceituar os territórios, quando ele diz que:

Não se pode desconsiderar que o uso conceitual do território é reivindicado por uma disciplina, a geografia, e que sua utilização atende, antes de tudo, à finalidades heurísticas e analíticas. Todavia, o intercâmbio de conceitos e noções entre os campos acadêmico e normativo é prática corriqueira e por si só não representaria obstáculo à utilização do território para fins políticos e práticos. Entretanto, cabe aos usuários explicitar em que sentido recorrem ao território, se conceitual ou normativo ou ambos ao mesmo tempo.

O autor reconhece que a Geografia possui uma leitura do território que preza pela sua capacidade analítica de explicar a realidade, se destacando em âmbito científico nas discussões sobre esse conceito. Contudo, ele entende também a possibilidade que o território traz de fomentar a gestão de políticas públicas, pois ele pode ser usado de maneira prática.

Para aprofundarmos essa caracterização retomamos o texto de Beduschi Filho e Abramovay (2003, p.3, grifos dos autores), onde consta a seguinte definição sobre conceito/tema em questão:

Territórios não são, simplesmente, um conjunto neutro de fatores naturais e de dotações humanas capazes de determinar as opções de localização das empresas e dos trabalhadores: eles se constituem por laços informais, por modalidades não mercantis de interação construídas ao longo do tempo e que moldam uma certa personalidade e, portanto, uma das fontes da própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais (Abramovay, 2003). Em torno dos territórios existem certos modelos mentais partilhados e comportamentos que formam uma referência social cognitiva materializada numa certa forma de falar, em episódios históricos e num sentimento de origem e de trajetórias comuns. Os territórios não são definidos pela objetividade dos fatores de que dispõem, mas antes de tudo, pela maneira como se organizam.

Chama à atenção, a preocupação que os autores têm de apresentar uma definição de território que não leve em consideração a conflitualidade entre as classes sociais. A utilização de expressões como “laços informais”, “modelos mentais compartilhados” e “sentimento de origem e de trajetória comuns”, demonstram que os autores entendem os territórios mais pelas semelhanças do que pelas diferenças que existem entre as populações que os compõem. Considera-se que através desses elementos comuns, ocorreria uma colaboração mútua entre os diferentes grupos sociais que vivem no território afim de que o desenvolvimento fosse gerado “de dentro para fora” e não “de fora para dentro”, ou seja, seria dado um privilégio às iniciativas que partissem da própria realidade local e não do Estado. É difícil pensar nessa possibilidade quando consideramos a existência de classes sociais com propostas totalmente diferentes nos diversos contextos sociais. Por exemplo: em um dado território, movimentos socioterritoriais do campo e ruralistas dificilmente poderiam ser entendidos como dotados de pensamentos comuns. Parte dos primeiros luta pela superação do modelo de sociedade que tem sido gerada pela contribuição dos segundos. Suas posições são amplamente conflitantes, não possuindo propostas comuns. É incoerente pensar em uma estratégia democrática de desenvolvimento que considere a possibilidade de ambos trabalharem juntos, pois, de acordo com a correlação de forças, um se sobressairá em relação ao outro.

Favareto (2010) busca explicar como os territórios que recebem políticas públicas de desenvolvimento territorial permitem uma abordagem que vá além do setorial. Nesse sentido, o autor aponta o seguinte:

A lógica do território incorpora o espaço consumível, mas também o espaço imobilizado em componentes não monetarizáveis. Por decorrência, o enfoque territorial implica lidar com aspectos não diretamente mercantis a influenciar as regras para a apropriação ou regulação do uso social desses espaços. Além disso, no território os agentes são múltiplos e, sobretudo, difusos, enquanto no enfoque setorial eles são facilmente identificáveis e seus interesses menos dispersos (FAVARETO, 2010, p.311).

O autor considera que os territórios onde são focadas as políticas públicas do desenvolvimento territorial não podem ser entendidos somente pela dimensão econômica da realidade. Embora as análises do PCA dêem grande ênfase ao

território como um espaço de fomento do empreendedorismo, como forma de incrementar a economia de mercado, entende-se a importância de definir a abordagem territorial como mais ampla do que a setorial. No que se refere à luta de classes, também aqui não existe nenhuma menção a ela. O autor trata da diversidade de agentes que vivem nos territórios, reconhecendo que muitos deles são difusos, porém, não aborda a conflitualidade entre os grupos de agentes, ou melhor, entre as classes sociais.

Para Schjetman e Berdegué (2004), os territórios rurais são formados por componentes como: competitividade, inovação tecnológica, caráter sistêmico das estratégias de desenvolvimento, atendimento às demandas do mercado externo, consideração das conexões entre os espaços rurais e urbanos e fortalecimento institucional. Partindo desse princípio, o conceito de território não pode ser entendido como:

[...] um espaço físico “objetivamente existente”, mas um conjunto de relações sociais que dão origem e ao mesmo tempo expressam uma identidade e um sentido de propósitos compartilhados por múltiplos agentes públicos e privados (ainda que a dita construção implique muitas vezes transitar por processos de conflito e negociação). Esta dita identidade é o que permite dar sentido e conteúdo a um projeto de desenvolvimento de um espaço determinado, a partir da convergência de interesses e vontades (SCHJETMAN, BERDEGUÉ, 2004, p. 28).

Os autores tratam do território como constituído por relações sociais, porém, focando-as como geradoras de identidades comuns e sentimentos de propósitos compartilhados por agentes públicos e privados. Debatendo com essa proposição, não podemos deixar de observar, que soa um tanto quanto reducionista pensarmos em identidades comuns em um território que tenha dentre sua população: camponeses, indígenas, quilombolas, ruralistas, proletários, dentre outros. Nesse sentido, a ideia de identidade é utilizada para demonstrar uma coesão que de fato, não existe.

Analisadas essas referências, podemos considerar que o desenvolvimento territorial defendido pelos autores do PCA faz parte do processo de expansão das relações capitalistas. Sabendo que na América Latina as políticas públicas

alicerçadas nessa referência possuem por objetivo combater a pobreza, entendemos que o desenvolvimento territorial é utilizado como uma estratégia para incorporar novas áreas ao processo de produção e comercialização do capitalismo. O conceito de território que na Geografia é definido pelas relações de poder, com forte ênfase na luta de classes, é tratado por esses autores como um espaço de gestão, onde o conflito fica em segundo plano.

De outro modo, os autores que orientam sua produção pelo PQA entendem o desenvolvimento territorial como uma possibilidade de fortalecimento dos territórios onde vivem as populações subalternas. Em suas análises o conflito não é negligenciado, pelo contrário, entende-se que através dele o desenvolvimento é gerado. Reconhece-se que o capitalismo é hegemônico, porém, aponta-se para um modelo de desenvolvimento que fortaleça relações que não são capitalistas, como as camponesas e indígenas, por exemplo. Isso é possível porque esses autores não lêem o capitalismo como uma totalidade, mas como parte dela. No PCA, apesar de o território ser tratado como um espaço de gestão compartilhada e de manifestação de identidades comuns, o que prevalece é a lógica da individualidade, pois os agentes são incentivados a se inserir no mercado capitalista através do empreendedorismo e competir por melhores condições de comercialização dos seus produtos. Um dos principais indicadores do desenvolvimento dos territórios é o fortalecimento das empresas nele existentes. No PQA, ao contrário, foca-se na emancipação das populações subalternas, propondo a valorização de estratégias coletivas de produção e resistência. Isso acontece porque a referência é a luta de classes e não a competição individual por parcelas do mercado capitalista. Os teóricos vinculados a esse paradigma consideram que o conflito não impede o desenvolvimento, pelo contrário, é condição para que ele seja gerado.

Uma das principais referências da abordagem do desenvolvimento territorial pelo PQA é o trabalho de Fernandes (2008a), onde ele é entendido como consequência da conflitualidade que caracteriza o modo capitalista de produção. O autor defende que o conflito e o desenvolvimento são inerentes, um acontece como consequência do outro, através do processo dialético de desenvolvimento do capitalismo e resistência das populações subalternas. Desse modo, o conflito não é considerado como algo negativo, como acontece em muitas abordagens do PCA.



Entende-se que o conflito cria as condições para que o sistema hegemônico seja questionado e com isso, ocorre um fortalecimento das forças contra-hegemônicas. No dizer do autor: “afirmamos que conflito agrário e desenvolvimento são processos inerentes da contradição estrutural do capitalismo e paradoxalmente acontecem simultaneamente” (FERNANDES, 2008a, p.2). O conflito é inevitável, pois o capitalismo ao mesmo tempo em que expande suas relações de maneira hegemônica também cria e recria relações que não são capitalistas, como ocorre com o campesinato (OLIVEIRA, 1991). Nessa perspectiva, o desenvolvimento deve ser entendido como consequência da conflitualidade entre as classes sociais, a qual é entendida como:

[...] inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato por causa do paradoxo gerado pela contradição estrutural. *A conflitualidade e o desenvolvimento* acontecem simultâneos e conseqüentemente, promovendo a transformação de territórios, modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases técnicas, complementando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento (FERNANDES, 2008a, p.6, grifos do autor).

Nesse sentido, a conflitualidade acontece porque o desenvolvimento do modo capitalista de produção é acompanhado da resistência das populações que vivem subalternamente em relação a ele. As ocupações de terra são um exemplo de como se dá tal processo. No Brasil, elas têm se caracterizado como a principal referência para os camponeses, organizados pelos movimentos socioterritoriais, acessarem a terra e combaterem a concentração de terras e de poder pelo capital (FERNANDES, 2000). A conflitualidade explicita a disputa pelo modelo de sociedade que é adotado em um determinado contexto social. Sobre o modelo de desenvolvimento camponês, o autor lembra que:

Basta ler os diversos relatórios de pesquisas, livros, teses, dissertações e monografias para observar como milhares de famílias que cotidianamente, realizaram ocupações, se estabeleceram em diferentes municípios por todos os estados brasileiros e estão contribuindo com o desenvolvimento territorial rural.

Essas famílias produzem e se reproduzem por meio dos conflitos e do território, ou seja, ao conquistarem a terra, ao serem assentadas, elas não produzem apenas mercadorias, criam e recriam igualmente a sua existência. Através da territorialização da luta pela terra, elas realizam – também – novos assentamentos. A maior parte dos assentamentos é resultado do conflito que promove o desenvolvimento. Essas famílias organizadas em movimentos socioterritoriais não aceitam as políticas de mercantilização da vida e por essa razão usam meios “estranhos” ao capital, que é confrontado a todo o momento (FERNANDES, 2008a, p.3).

Com essa leitura, o autor busca superar o entendimento de que o conflito e o desenvolvimento são separados. Ele lembra que durante o século XX, a compreensão de que o capitalismo gera o desenvolvimento e que a luta pela terra gera o conflito foram predominantes. Com isso, foi criado um imaginário social que defendia a expansão das relações capitalistas no campo e a criminalização da luta pela terra. Porém, essa compreensão é superada quando nos atentamos para os seguintes fatos: 1- o capitalismo não gera apenas desenvolvimento, mas também conflito. O agronegócio, por exemplo, ao mesmo tempo em que produz quantitativamente mais, também cria uma maior número de conflitos como a desterritorialização de indígenas e camponeses e; 2- o campesinato não gera apenas conflitos, mas também desenvolvimento. Diversos trabalhos, como o de Mazzini (2007), o de Silva et al. (2006) e o de Leite et al. (2004) demonstram como a implantação de assentamentos rurais, em sua grande maioria consequência das ocupações de terras, contribui para o desenvolvimento dos municípios e até mesmo da região em que estão localizados, através dos seguintes indicativos: fomento do comércio, criação de escolas, maior oferta de produtos agropecuários, diversificação da vida política (muitos assentados chegam até mesmo a disputar cargos políticos) e outros.

Dadas essas observações, consideramos como principal contribuição do texto de Fernandes (2008a) a leitura do desenvolvimento e do conflito como inerentes. Isso acontece porque o capitalismo não é uma totalidade. Dentro dele se desenvolvem relações que não estão alicerçadas na exploração do trabalho e na obtenção do lucro maximizado. Observamos aqui, uma grande diferença entre essa abordagem que faz parte do PQA e as abordagens do PCA, pois nela a luta de

classes não é negligenciada, pelo contrário, busca-se compreender como ela está relacionada ao desenvolvimento territorial.

Também considerando o campesinato como detentor de um modelo de desenvolvimento diferente do que é gerado pelo capitalismo, Fabrini (2002), demonstra como o MST, o principal movimento camponês do Brasil, constroi nos assentamentos rurais por ele conquistados referenciais que fogem da lógica produtiva do capital. O autor também entende que o capitalismo se desenvolve de maneira contraditória e desigual, pois ao mesmo tempo em que expande o trabalho assalariado e as possibilidades de obtenção de lucros maximizados também cria e recria relações que não são capitalistas. Contudo, o autor assegura que a permanência do campesinato em um contexto no qual o capitalismo é hegemônico deve ser explicada mais pela resistência do que pelas oportunidades criadas pelo capital. Nesse sentido:

As manifestações de resistência dos camponeses são importantes nos estudos da questão agrária e estão relacionadas à expansão do capitalismo no campo. No interior do desenvolvimento desigual das relações capitalistas, os camponeses, por meio de sua luta de resistência, vão construindo o seu lugar social no sistema adverso (capitalismo), que insiste em fazer-lhes desaparecer. É uma existência garantida mais pelo enfrentamento à ordem expropriatória do que a possibilidade aberta e criada nas entranhas da produção de mercadoria das relações capitalistas (FABRINI, 2002, p. 77).

O autor parte do entendimento de que os camponeses não ficam inertes ao processo de expansão do capitalismo. Na eminência de sua desterritorialização, esses sujeitos estabelecem o conflito, que é o caminho pelo qual buscam impedir a desintegração do seu modo de viver e produzir. Como consequência da luta pela terra são conquistados os assentamentos rurais, onde o modelo de desenvolvimento territorial camponês é colocado em prática. Ocorrem consideráveis mudanças na própria composição da paisagem. Antes ela era definida pelo capital, tendo componentes pouco diversificados, pois prezava a lógica da monocultura ou da improdutividade. Com o assentamento rural ela passa a ser mais diversificada, pois o que vigora é a policultura. Até mesmo a quantidade de vida humana nesses

territórios se torna maior com a entrada dos camponeses na terra. Sendo assim, o assentamento rural é entendido como:

[...] um espaço que expressa conteúdo histórico resultante de processos políticos e sociais, ou seja, trata-se de um espaço onde se materializam as relações sociais, no caso, relações camponesas. Neste espaço, os assentados constroem o território camponês verificado nas relações econômicas, políticas, sociais, etc. Então, cabe compreender como as relações se realizam no espaço e como se torna condição de manutenção e produção de novas ou antigas relações (FABRINI, 2002, p.83).

No assentamento, os camponeses efetivam relações sociais diferentes das que o capitalismo gera. O trabalho assalariado é substituído pelo trabalho familiar, o auto-consumo se torna mais importante do que a produção para comercialização, a natureza passa a orientar o ritmo de trabalho, etc. Isso nos permite considerar que a conquista da terra representa aos camponeses a possibilidade de materializar no espaço suas relações sociais, constituindo seus territórios. A área que antes era dominada pelo capital, através do latifúndio ou do agronegócio, passa a ser transformada pela agricultura camponesa. Um dos elementos que caracterizam essas novas relações sociais que imperam nos territórios dos assentamentos rurais é a prática de atividades coletivas, com a constituição dos espaços de socialização política. Desde o período de ocupação da terra, os camponeses são conscientizados de que a dominação do capital sobre eles faz parte da luta de classes e que a superação dessa condição só pode ocorrer através do fortalecimento de práticas coletivas. Por isso, quando ocorre a conquista da terra são formados núcleos, grupos, comunidades e outros. Essas práticas coletivas referem-se à vida do assentamento como um todo e não apenas aos aspectos produtivos. Nessas condições, Fabrini (2002, p. 88), lembra que:

A dimensão econômica e produtiva não se constitui no único parâmetro para compreensão do desenvolvimento territorial dos assentamentos. Organizados na forma de núcleos e grupos, os camponeses dos assentamentos canalizam seu potencial de luta política para garantir a sua existência no sistema adverso (capitalismo). Enfim, os grupos de assentados e núcleos formados nos assentamentos operacionalizam atividades coletivas e construção

do território camponês que estão centradas nas relações sociais e não na produção de mercadorias.

De tal maneira, o autor demonstra como os assentamentos vão sendo construídos através de relações sociais camponesas. Os espaços de socialização política contribuem para que a identidade camponesa seja fortalecida nas famílias assentadas. Para o debate que estamos realizando, a contribuição do autor é importante por demonstrar a possibilidade do desenvolvimento territorial para além do capitalismo, mesmo sendo esse modelo hegemônico. Assim como Fernandes (2008a) ele também parte do entendimento de que o conflito estabelecido pela expansão das relações capitalistas de produção propicia o surgimento do modelo de desenvolvimento camponês, através da resistência, expressa principalmente através das ações dos movimentos socioterritoriais.

Pelo trabalho desses dois autores evidenciamos que para o PQA, o desenvolvimento territorial parte da consideração de que o capitalismo é hegemônico, porém, não é uma totalidade. A sua expansão é acompanhada de conflitos e esses não impedem o desenvolvimento, pelo contrário, dão a ele forma e conteúdo. Pelo conflito, as populações subalternas defendem ou criam seus territórios, modificando as relações de poder no contexto social em que vivem.

A leitura sobre o território do desenvolvimento territorial, quando feita pelo PQA também é diferente da que os teóricos do PCA fazem. Isso porque, essas abordagens tratam o território não somente como uma estratégia de gestão das políticas pública, sendo considerada principalmente, sua capacidade analítico-conceitual. Fernandes (2008b) e Campos (2012), por exemplo, lembram que os territórios são formados por dimensões materiais e imateriais. Os territórios vão além da materialidade expressa nas formas, sendo caracterizados também pelas relações. A dimensão imaterial reporta aos pensamentos, a teoria, aos conceitos, aos métodos, as metodologias e/ou as ideologias. São as estratégias utilizadas para a construção/destruição dos territórios. O domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações formam os territórios imateriais. Os territórios materiais e imateriais são indissociáveis, assim “a produção material não se realiza

por si, mas na relação direta com a produção imaterial” (FERNANDES, 2009. p. 211).

Fernandes (2008b) e Cavalcante (2008) demonstram como a compreensão sobre os territórios também deve ser embasada na sua multiescalaridade. Assim é considerada a interinfluência entre o território do Estado-Nação e os demais. O território para ser entendido em uma perspectiva que não seja limitadora da realidade em estudo deve considerar a existência da diversidade escalar. Sobre a importância desse tipo de abordagem para o estudo das políticas públicas, Fernandes (2008b, p.280) diz o seguinte:

Quando o território é concebido como uno, ou seja, apenas como espaço de governança e se ignora os diferentes territórios que existem no interior do espaço de governança, temos então uma visão reducionista do território, um conceito de território que seve mais como dominação por meio de políticas neoliberais.

Compreende-se que dentro do território do espaço de governança existem outros territórios, como as propriedades (particulares ou comunais), os territórios fluxos e até o próprio corpo, enfim, a diversidade de escalas indica a possibilidade da existência de diversos territórios, pois ambos são gerados nas relações sociais.

A consideração de componentes como materialidade/imaterialidade e a multiescalaridade por parte de autores do PQA na interpretação dos territórios faz com que essas abordagens sejam de maior abrangência quando comparadas as que o PCA realiza. Isso porque no PCA o território é um espaço físico, apenas, entendido como um conjunto de municípios.

Essa leitura efetivada pelo PQA tem tido menor impacto na definição das políticas públicas se comparada com a influência que tem sido exercida pelo PCA, porém, algumas experiências merecem destaque. Uma delas é a criação do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e no Caribe, da área de Geografia, desenvolvido pela UNESP, através da iniciativa de dois grupos de pesquisa: o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) e o Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGET). Seu desenvolvimento se dá no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais



(IPPRI), em São Paulo-SP. Atuam como parceiros dessa iniciativa representantes de forças contra-hegemônicas como o MST, através da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), a Via Campesina e o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). Em sua página na Internet consta que esse Programa de Pós-graduação é:

[...] voltado para a formação de pessoas oriundas dos territórios camponeses, quilombolas, indígenas ou de outras populações tradicionais e daqueles que atuem para o desenvolvimento dessas comunidades. Este é primeiro curso voltado para o desenvolvimento territorial das comunidades camponesas (UNESP, 2014, não paginado).

Nesse trecho observamos alguns pontos que indicam uma clara diferença prática e conceitual em relação a iniciativas que são criadas pelo PCA. Primeiramente, para referir-se às populações do campo não é usado o conceito de “agricultores familiares” e sim, “camponeses”. Como mostrado em Martins (1981) a opção por denominar as populações subalternas do campo como camponesas vai além de uma iniciativa ingênua, pois possui funcionalidade política, já que situa esses sujeitos como diferenciados no que tange ao seu modo de viver e produzir. O segundo ponto a ser destacado é que o desenvolvimento territorial é observado na escala das comunidades onde vivem camponeses, indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais e não nos conjuntos de municípios denominados como territórios, como é feito nas abordagens do PCA. Busca-se fortalecer territórios como assentamentos, quilombos, faxinais e outros, o que pode ser entendido como uma política emancipatória, já que mudanças nas relações de poder são colocadas como objetivos. Sobre as pesquisas realizadas através desse espaço consta que elas:

[...] visam o desenvolvimento numa perspectiva multidimensional e possui as seguintes linhas: *Campesinato, Capitalismo e Tecnologias; Ambiente, Sustentabilidade e Território; Educação, Saúde e Cultura*. O objetivo do Programa é contribuir com a construção do conhecimento e com a elaboração de políticas públicas que viabilizem condições necessárias para a vida digna. Embora o espaço de análise seja a América Latina e Caribe, os projetos miram o mundo, propondo estudos comparativos com a América do Norte, Europa, África e Ásia (UNESP, 2013, não paginado).

Demonstra-se uma preocupação com as diversas dimensões dos territórios, indo além do econômico. As linhas de pesquisa também apontam para a potencialidade que a agricultura camponesa possui de contribuir com o desenvolvimento territorial. Dados esses elementos, podemos considerar essa iniciativa como um exemplo de intervenção do PQA nas políticas públicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo foi demonstrado que existem diferentes abordagens do desenvolvimento territorial, seja no que se refere a sua leitura conceitual, seja no que se refere a sua aplicação prática. Nos teóricos e instituições do PCA ele é visto como uma iniciativa que visa reformular o capitalismo, mas não substituí-lo. Até são considerados alguns efeitos perversos causados pelo neoliberalismo na vida de comunidades pobres, contudo, o que se busca é gerar o empreendedorismo e incentivar a participação no mercado capitalista. Por outro lado, os teóricos e instituições vinculados ao PQA veem o desenvolvimento territorial como uma possibilidade de mudar as relações de poder e fortalecer as relações que não são capitalistas. Ele é voltado, principalmente, para os territórios das comunidades que vivem em condição de subalternidade no capitalismo, buscando estabelecer experiências contra-hegemônicas. A referência à luta de classes acompanha essas abordagens, sendo que no campo é dada ênfase aos modelos de desenvolvimento do campesinato e do agronegócio como conflitantes.

Apesar de considerarmos que o debate encontra-se mais evoluído no PCA, foi-nos possível mostrar como o PQA tem construído uma leitura do desenvolvimento territorial que está alicerçada na luta de classes e na superação do capitalismo.

A importância de apontar essas diferenças é que apesar de os paradigmas serem construções imateriais, eles repercutem de maneira direta na disputa por territórios entre o campesinato e o agronegócio. Nesse sentido, num contexto em que a incorporação do desenvolvimento territorial tem sido cada vez mais frequente

por governos e instituições latino-americanas se faz importante destacar como ele é interpretado pelos paradigmas do PCA e do PQA.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 16, p. 22-32, jan/jun. 2010.

BAGNASCO, A. **Ter Itálie**: La problematica territoriale dello sviluppo italiano. Bolonha: Muligno, 1977.

BEDUSCHI FILHO, L. C.; ABRAMOVAY, R. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 41., 2003, Juiz de Fora/MG. **Anais...** Juiz de Fora: Sober, 2003. Disponível em: <[www.econ.fea.usp.br/abramovay](http://www.econ.fea.usp.br/abramovay)>. Acesso em: 11 jan. 2006.

BOMBARDI, L. M. **Campesinato, Luta de Classe, e Reforma Agrária (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo)**. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Programa de Pós Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

BUAINAIN; A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. **Agricultura familiar e o novo mundo rural**. Sociologias, n.10, p.312-347, 2003.

CAMACHO, R. S. **Paradigmas em disputa na Educação do Campo**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, *campus* de Presidente Prudente.

CAMPOS, J. F. S. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, *campus* de Presidente Prudente.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.

CAVALCANTE, M. B. **Mudanças da estrutura fundiária de Mato Grosso (1992-2007)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, *campus* de Presidente Prudente.

CLEMENTS, L.; FERNANDES, B. M. **Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e Moçambique**. Disponível em:

<[http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/clements\\_fernandes-2013.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/clements_fernandes-2013.pdf)>. Acesso em: 15 de fev. 2014.

FABRINI, J. E. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. **Terra Livre**, 18. n. 19, 2002. p. 75-94.

FAVARETO, A. S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial**. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental). Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental, da Universidade de São Paulo.

FAVARETO, A. S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”?** São Paulo, *Estudo Avançados*, 24, 2010. p. 299-319.

FAVARETO, A. S.; SCHRODER, M. Do território como “ator” ao território como “campo” - uma análise da introdução da abordagem territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. **Anais...** Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2007, Londrina.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FELÍCIO, M. J. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, *campus* de Presidente Prudente.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Roma : International Land Coalition, 2012, 61 p.

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora Unicamp, 2008a, p. 173-230.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008b. p. 273-302.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, M. A; SPÓSITO, E. S. **Territórios e territorialidade: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-216.

FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na Questão Agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013. Tese (Livre-Docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia do Estado de São Paulo, *campus* de Presidente Prudente.

GIANI, S. **Introdução**. In: BRAGA, C.; MORELLI, G.; LAGES, V. N. Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inclusão produtiva. Brasília: Relume Dumará, 2004.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no Atlas da Questão Agrária**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia do Estado de São Paulo, *campus* de Presidente Prudente.

HESPANHOL, R. A. M. **Produção Familiar**: perspectivas de análise e inserção na microregião geográfica de Presidente Prudente -SP. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, *campus* de Rio Claro.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LAMARCHE, H. (coord.). **A Agricultura Familiar**: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LAMARCHE, H. (coord.). **A Agricultura Familiar**: do mito a realidade. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LEITE, S. P. et al. **Impacto dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: UNESP, 2004.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1981.

MAZZINI, E. T. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema - SP**: Uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social? Presidente Prudente, 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, *campus* de Presidente Prudente.

MENDRAS, H. **La Fin des paysans**. Paris : Actes Sud, 1984.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PEDON, N. R. **Movimentos Socioterritoriais**: uma Contribuição Conceitual à pesquisa geográfica. 2009. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

RIMISP – Centro Latino-americano para o Desenvolvimento Rural. 2014. Disponível em: <<http://www.rimisp.org/>>. Acesso em 15 de fev. 2014.

SARACENO, E. **O conceito de ruralidade**: problemas de definição em escala europeia. Programa de Seminários Inea sobre Desenvolvimento em Áreas Rurais: métodos de análise e políticas de intervenção. Roma, 1996.



SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**. Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. A. **Desarrollo territorial rural**. Debates y temas rurales, Santiago de Chile, n. 1., 2004. Disponível em: <<http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=870>>. Acesso em: 15 de fev. 2014.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Desenvolvimento territorial**. 2014. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/customizado/desenvolvimento-territorial>>. Acesso em: 15 de fev. 2014.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1998.

SILVA, A. A., FERNANDES, B. M. e VALENCIANO, R. C. **RIST–Relatório de Impactos Socioterritoriais**. Desenvolvimento territorial e políticas públicas no Pontal do Paranapanema. Presidente Prudente, 2006.

SUMPSI, J. M. **Desarrollo rural con enfoque territorial: diferencias y semejanzas de las experiencias de la Unión Europea e América Latina**. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007. p. 63-91.

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO. **Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e no Caribe**. Disponível em: <<http://www.ippri.unesp.br/#!/pos-graduacao/desenvolvimento-territorial-na-america-latina-e-caribe/processo-seletivo-2013/processo-seletivo-2013/>>. Acesso em: 15 de fev. 2014.

VALE, A. R. Definindo o conceito e descobrindo a plurifuncionalidade do espaço periurbano. In: VALE, A. R. **Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP)**. Tese (Doutorado em Geografia) 2005. 210 f. IGCE, UNESP de Rio Claro.

VEIGA, J. E. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. São Paulo:Hucitec, 1991.

VEIGA, J. E. **Destinos da ruralidade no processo de globalização**. Estudos Avançados, São Paulo, 18, 2004, p. 51-67.

WITTMAN, H.; BARBOLET, H. “Super, natural”: the potencial for food sovereignty in British Columbia. In: WITTMAN, H.; DESMARIS, A. A.; WIEBE, N. **Food Sovereignty in Canadá: creating just and sustainable food systems**, 2011. Fernwood Publishing: Halifax & Winnipeg.



---

<sup>i</sup> Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de Presidente Prudente. Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projeto de Reforma Agrária (NERA). E-mail: [estevanleopoldo@yahoo.com.br](mailto:estevanleopoldo@yahoo.com.br)

Recebido em: 13/04/2015

Aceito para publicação em: 31/05/2015